

ATA DA 4ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, DO DIA 16 DE MARÇO DE 2021, REALIZADA EM AMBIENTE VIRTUAL.

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte um, às 09 horas, por meio virtual, reuniu-se extraordinariamente o Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça **Carmelina Maria Mendes de Moura**. Presentes os Procuradores de Justiça **Teresinha de Jesus Marques, Alípio de Santana Ribeiro, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Antônio Ivan e Silva, Martha Celina de Oliveira Nunes, Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Fernando Melo Ferro Gomes, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Aristides Silva Pinheiro, Luís Francisco Ribeiro, Zélia Saraiva Lima, Clotildes Costa Carvalho e Hugo de Sousa Cardoso**. Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça **Antônio de Pádua Ferreira Linhares (justificativa), Rosângela de Fátima Loureiro Mendes (férias), Hosaias Matos de Oliveira (justificativa) e José Ribamar da Costa Assunção (férias)**. A Presidente cumprimentou os presentes e, verificando o quórum regimental, declarou aberta a sessão. Desejou trabalhos exitosos e profícuos. Na sequência, a Presidente submeteu à apreciação do Colegiado a ata da 3ª sessão deliberativa extraordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2021. A ata foi aprovada com a retificação apresentada pela Procuradora de Justiça Clotildes Costa Carvalho, no tocante ao termo “Nazária”, que consta na ata, mas que foi retirado do relatório pela Dra. Lenir Galvão, visto que se trata de uma questão territorial e por não constar na Resolução CPJ nº 03/2018. A Presidente acolheu a retificação, suprimindo da ata o termo “Nazária”. O que foi aprovado pelo Colegiado. Em seguida, a Presidente anunciou o primeiro item da pauta. **1) Eleição para o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, biênio 2021/2023, nos termos do artigo 24 da Lei Complementar nº 12/93 e conforme artigo 6º do Edital CPJ/PI nº 01 de 25 de janeiro de 2021**. A Presidente esclareceu que a Comissão Eleitoral é presidida por esta Procuradora-Geral e pelos Procuradores de Justiça Teresinha de Jesus Marques e Alípio de

Santana Ribeiro. Fez uma breve leitura dos artigos que dispõem sobre a eleição para o cargo de Corregedor-Geral, assim como informou que foi recebido apenas um requerimento de inscrição, formulado pelo Procurador de Justiça Luís Francisco Ribeiro, e encaminhado à comissão eleitoral no dia 11 de fevereiro, portanto no prazo legal. Após, a Procuradora de Justiça Lenir Gomes dos Santos Galvão pediu a palavra para informar que iria se ausentar antes das 10h, em razão de participação na sessão do Tribunal de Justiça. A Presidente informou que o Procurador de Justiça Antônio de Pádua Ferreira Linhares justificou sua ausência na presente sessão. Continuando, a Comissão homologou a inscrição apresentada pelo Dr. Luís Francisco, vez que foi habilitada no prazo legal. Em seguida, a Presidente submeteu à votação a possibilidade de eleição por aclamação, o que foi aprovado pelo Colegiado. Na sequência, a Presidente, em nome da Comissão, declarou que, por unanimidade, o nome do Procurador de Justiça Luís Francisco Ribeiro foi aclamado para o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, biênio 2021/2023. Prosseguindo, a Presidente disse que reconhece o trabalho desenvolvido pelo Corregedor-Geral à frente da Corregedoria, da sua responsabilidade e competência, com a construção de soluções por meio de diálogo, no qual vem sendo pautado este trabalho, assim como reconhece também o trabalho da sua equipe, sempre aberta ao diálogo e as tratativas, buscando construir soluções. Acrescentou, ainda, que todas essas ações e trabalho desempenhado foram o que trouxeram essa legitimidade para a recondução ao cargo por meio dessa aclamação. A Presidente parabenizou o Dr. Luís Ribeiro e desejou mais um biênio de muito sucesso e de atividades cada vez mais resolutivas, contribuindo para o fortalecimento da instituição e apoiando membros e integrantes, principalmente nesse momento desafiador, em que a sociedade piauiense busca e conta com tanta esperança da atuação do Ministério Público, para aliviar o sofrimento, concretizar direitos e promover a melhoria de vida e o desenvolvimento da sociedade. Por fim, ressaltou que a Corregedoria pode contar com o apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, para que possam caminhar juntos nesse mesmo sentido. Logo após, a Presidente facultou a palavra, primeiramente, aos membros da Comissão e, em seguida, aos demais membros que dela quisessem fazer uso. Manifestaram-se parabenizando e desejando uma exitosa gestão os Procuradores de Justiça Alípio de Santana Ribeiro, Teresinha de Jesus Marques, Fernando Melo Ferro Gomes, Martha Celina de Oliveira

Nunes, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Antônio Ivan e Silva, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Clotildes Costa Carvalho, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Aristides Silva Pinheiro, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Zélia Saraiva Lima e Hugo de Sousa Cardoso. Por fim, o Procurador de Justiça Luís Francisco Ribeiro, aclamado Corregedor-Geral na presente sessão, se manifestou falando de sua alegria em ouvir as palavras elogiosas e estimulantes, citando nominalmente os nomes das pessoas que o saudaram. Agradeceu o apoio total e irrestrito que lhe foi dado novamente, sendo reconduzido ao cargo de Corregedor, ressaltando que isso é uma demonstração inequívoca da realização de um trabalho satisfatório. Prometeu que tudo fará para melhorar, mais ainda, o trabalho da Corregedoria. Disse que precisará conjugar dois fatores importantes, que foram lembrados aqui pela Dra. Clotildes, a humildade com a firmeza, a fim de que se possa realizar um bom trabalho à frente da Corregedoria. Falou que vai se esforçar ao máximo para continuar tendo o respeito e a admiração de todos os colegas. Por fim, agradeceu a todos o gesto de gratidão que acabaram de lhe prestar, bem como prometeu que irá honrar esse voto de confiança, redobrando todos os esforços para fazer uma administração melhor que no primeiro biênio, é o que pretende realizar juntamente com a sua equipe. Retomando a palavra, a Presidente sugeriu o dia 31 de março para realização da sessão solene de posse, tendo em vista que a atual gestão se encerra nessa mesma data. O que foi aceito por todos. Passou-se aos **assuntos institucionais**: a Presidente informou que a Promotora de Justiça Luana Azerêdo, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais – CAOCRIM, veio compartilhar junto a este Colegiado sobre o importante projeto que trata dos “Ciclos de Debates” como uma série de ações, para que se possa, na seara criminal, formular enunciados e atuar em uniformidade, principalmente no 1º e 2º graus, bem como aproximar essa interlocução entre Promotores e Procuradores de Justiça, visando o aprimoramento e aperfeiçoamento das atividades ministeriais. Em seguida, a Presidente passou a palavra à Dra. Luana, que cumprimentou a todos e parabenizou o Corregedor-Geral aclamado, fazendo votos de um novo biênio exitoso ao Corregedor e a sua equipe. Passando à apresentação, a Dra. Luana explicou que esse projeto é do CAOCRIM em parceria com o CEAF; que foi idealizado como uma maneira, inclusive nesse momento crítico da pandemia, de distanciamento social, para que Promotores e

Procuradores de Justiça se aproximem a fim de, na área criminal, tentar uniformizar alguns entendimentos, respeitando a independência funcional; argumentou que é um trabalho árduo, se trata de um desafio, mas que o Ministério Público além de estar preparado, parece que nasceu para se desafiar e se superar a cada dia; que o projeto tem como nome “Ciclos de Debates Criminais”, tendo como primeira ação a elaboração de um formulário disponibilizado por e-mail a todos os membros e servidores, para que haja uma eleição de temas; falou das demais ações e fases do projeto; pediu o apoio dos Procuradores e seus assessores, para fins de participação tanto no preenchimento do formulário como também pra fins de inscrição. Ainda com a palavra, Dra. Luana informou que nos dias 05 e 06 de abril haverá o 3º Encontro Interinstitucional do MPPI, que terá como convidado o Ministério Público da Paraíba, e como tema “Os Direitos das Vítimas”. O encontro contará também com a participação do Presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, que é um grande entusiasta desse tema. Por fim, agradeceu a oportunidade e desejou muita saúde e uma vida plena a todos. Em seguida, a Presidente parabenizou e agradeceu a Dra. Luana pelo projeto do CAOCRIM em parceria com o CEAJ, bem como facultou a palavra aos Procuradores. Manifestaram-se os Procuradores de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes, Aristides Silva Pinheiro, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos e Clotildes Costa Carvalho. Encerrada as manifestações, a Presidente retornou a palavra à Dra. Luana, que fez os devidos esclarecimentos acerca do projeto apresentado. Ainda em assuntos institucionais, a Presidente informou que hoje, dia 16 de março, o Ministério Público comemora o dia nacional do Ouvidor. Registrou a atuação da Ouvidoria e parabenizou a Dra. Raquel Normando, Ouvidora do MPPI, e toda sua equipe, pelo brilhante trabalho que vem sendo realizado com a expansão da Ouvidoria. Lembrou dos Procuradores que já exerceram esse cargo, cada um na sua época, os quais deram sua grande parcela de contribuição, e que vem sendo continuado pela Dra. Raquel Normando. Destacou algumas ações, como o “webinar”, que foi realizado em nível nacional, bem como o incremento no atendimento ao cidadão piauiense. Com a palavra, a Ouvidora do MP, Dra. Raquel Normando, ressaltou sobre a importância do dia do Ouvidor, assim como convidou a todos para participar da solenidade virtual, que contará com a presença do Ouvidor Nacional do CNMP, Dr. Oswaldo

D'Albuquerque, e da Presidente do CNOMP, Dra. Maria de Lourdes. Informou que durante o evento haverá o lançamento da Carta de Serviços ao Cidadão e a 3ª Edição da premiação do Promotor Amigo da Ouvidoria. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão virtual, e para constar, eu, Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Procuradora de Justiça e Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Registre-se que, as deliberações da presente sessão foram tomadas em ambiente virtual. Teresina, 16 de março de dois mil e vinte um.